

Ata da 17ª (décima sétima) reunião Ordinária da Câmara Municipal de São Gotardo realizada no dia 30 (trinta) de Novembro de 2010 (dois mil e dez) às 19:00 (dezenove) horas, na sede da Câmara à Praça São Sebastião, nº. 45. nesta cidade, onde se reuniram sob a Presidência do Vereador Mozar Borges da Silva, os senhores vereadores: Claudionor Anicésio dos Santos, Domingos Sávio Rodrigues, Divair César Rodrigues, Humberto de Alencar Garcia, João Lúcio da Silva Neto, José Luiz Messias Neto, Marcilon Laci Rodrigues e Mauri Ignácio de Morais Silva. Havendo quorum legal, o sr. Presidente declara aberta a décima segunda Reunião Ordinária do ano de 2010, em nome de Deus. Agradece a presença dos colegas e demais pessoas. O Presidente faz a leitura do salmo do dia. Foi passado em plenário a dispensa da leitura da Ata referente à última reunião a qual foi aprovada por unanimidade. Correspondências passada em plenário: Convite Municipal Dona Lourdes Ladeira para poesia; Convite Missa de Ação de Graças da Escola Dona Lourdes Ladeira; Ofício Simplalto; Correspondências da União. Em seguida passou-se a leitura de requerimentos: 1)Humberto de Alencar Garcia, José Luiz Messias Neto, João Lúcio da Silva Neto e Mauro Ignácio de Morais Silva requerem do Executivo Municipal que seja comunicado ao Excelentíssimo Sr. Major Veríssimo do Projeto de Acessibilidade aos Deficientes Motoristas e que seja feita fiscalização nas placas onde é estacionamento de deficientes; 2) O vereador Divair César Rodrigues solicita do Executivo Municipal que seja feita a regularização do transito no bairro Sol Nascente, e que a Rua Rio Paranaíba seja sinalizada. Passou-se a apresentação dos projetos de leis. Projeto de Lei nº. 40/2010 - autoriza o poder executivo municipal a abrir no orcamento programa do exercício de 2010, crédito adicional no valor de R\$ 103.786,00 (cento e três mil setecentos e oitenta e seis reais). Projeto de Lei n°. 41/2010 - dispõe sobre denominação de via pública no município de São Gotardo e dá outras providências. Logo após passou-se a votação de projetos de leis. Projeto de Lei nº. 38/2010 - Dispõe sobre a concessão de título de Cidadania Honorária. Feitas as considerações, as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São Gotardo opinam pela aprovação do referido projeto na forma que lhe foi apresentado. Este foi passado em plenário e aprovado por 8 (oito) votos. Projeto de Lei nº. 39/2010 - Dispõe sobre a concessão de título Cidadania Benemérita. Feitas as considerações, as Permanentes da Câmara Municipal de São Gotardo opinam pela aprovação do referido projeto na forma que lhe foi apresentado. Este foi passado em plenário e aprovado por 8 (oito) votos. O Presidente Mozar comunica aos colegas vereadores que a Reunião Solene para a entrega dos títulos cidadão benemérito e cidadão honorário será realizada no dia 13 de dezembro de 2010 no Plenário desta Casa de Leis ás 19:30. Sr. Presidente agradece a presença da imprensa, do Sr. Hely Aires da Silva e do vereador suplente Sr. Valdivino. Primeira votação do Orçamento 2011 - Projeto de Lei nº. 35/2010 - estima receita e fixa despesa orçamentária do Município de São Gotardo para o exercício de 2011 e dá outras providências. O vereador Divair César, explica que o valor do orçamento conforme parecer da contabilidade poderia ser de valor superior ao atual apresentado, o vereador alega que esteve com a pessoa responsável pelo orçamento da prefeitura, e esta alegou que prefere trabalhar com a realidade do município, e que acredita que o município não







conseguirá arrecadar mais que este valor. O presidente Mozar Borges explica que em relação a este valor ele é dividido em 12 (doze) vezes, e é apenas uma média. O vereador José Luiz Messias Neto, cumprimenta a todos presentes, e afirma que tecnicamente entender o orçamento é complicado, pois trata arrecadação e gastos, o que todos questionaram no estudo do orçamento foi que no ano passado foi estimado um valor para ser arrecadado, e por fim arrecadou-se mais, iá este ano foi feito um balanço do que arrecadou no ano passado para este ano, porém na previsão conforme os contadores da Câmara Municipal, o valor seria de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões), porém a no orçamento apenas R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis prefeitura lançou milhões). O vereador José Luiz diz que se pode concluir que a Prefeitura não está fazendo a evolução orçamentária de acordo com a previsão que está estipulada pelos índices de inflação e IBGE, e se ela estivesse fazendo de acordo com os índices oficiais o orçamento seria de 40.000.000,00 (quarenta milhões), e diz ainda que essa questão de valor traz apenas prejuízos para o município quando faz o orçamento menor, pois quando se tem uma estimativa orcamentária maior significa que tem uma condição também de contra-partida maior nas obras. Segundo o vereador o mais importante do orçamento é especificar a previsão de gastos da previsão orçamentária por secretaria de governo, e como todos sabem a prefeitura é composta de secretarias, difundos e setores, e para o próximo ano está previsto um gasto de R\$ 984.000,00 (novecentos e oitenta e quatro mil reais) para o gabinete do prefeito; para a Secretaria de Administração Fazenda e Planejamento R\$ 4.484.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e oitenta e quatro reais); para a Secretaria de Educação teremos um orçamento no valor de R\$ 5.274.000,00 (cinco milhões e duzentos e setenta e quatro mil reais); na Secretaria de Obras será o valor R\$ 4.991.000,00 (quatro milhões e novecentos e noventa e um mil reais), e assim por diante. O vereador continua fazendo uso da palavra e explica que cada secretaria tem um orçamento previsto para o ano de 2011 e que estão aprovando os recursos que serão gastos no ano que vem, e então a lei orçamentária refere-se a arrecadação e gastos do município, e nestas secretarias citadas pelo vereador e outros fundos;a Secretaria de Saúde vai arrecadar R\$ 8.665.000,00 (oito milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais), quando se soma todos os valores citados chegamos ao valor total de R\$ 36.500.000,00 (trinta e seis milhões e quinhentos), que na verdade pode chegar a R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). O vereador conclui que não significa que orçamento maior venha a ter mais despesas, ou que o orçamento menor terá menos despesas ou menos impostos, e que questão de impostos ou tributos não vai influenciar na questão orçamentária do município. É passada a palavra para o vereador Humberto de Alencar Garcia, este cumprimenta a todos presentes e complementa as palavras do seu nobre colega vereador José Luiz Messias Neto, afirma que o orçamento passava de R\$ 36.500.000,00 e que vai chegar até o fim do ano o valor de R\$ 38.600.000,00 neste ano, não tem como o orçamento do ano que vem ser apenas R\$ 36.000.000,00, e que esta questão não tem nada a ver com imposto, e que trata-se de repasse e convênios com o governo, que aumentaram e que São Gotardo foi um dos poucos municípios de Minas Gerais que aumentou sua população, onde atingiu 31.800.000 (trinta e um mil e



oitocentos) habitantes, e com isto irá aumentar ainda mais o valor de arrecadação, então podemos concluir que isto não tem nada a ver com imposto mais sim de arrecadação. É passada a palavra para o Senhor Domingos Sávio, este cumprimenta a todos presentes, convida a todos a sempre voltar e participar dos trabalhos da câmara, e afirma a Primeira Secretaria do Conselho de Saúde, que a prestação de contas quem tem que votar é o Conselho Municipal de Saúde, referente ao valor R\$ 8.665.000,00 destinado a Saúde. Quando ao orçamento o Prefeito tem um remanejamento de 5% que serão votados, onde o Prefeito pode movimentar R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) sem passar pela aprovação da Câmara. Feitas as considerações, as Comissões Permanentes da Câmara Municipal de São Gotardo opinam pela aprovação do referido projeto na forma que lhe foi apresentado. Este foi passado em plenário e aprovado por 8 (oito) votos. O Primeiro Secretário João Lúcio da Silva Neto faz leitura do ofício referente ao Projeto Solar encaminhado pelo Promotor. O Presidente Mozar Borges da Silva passa a palavra para o Vice-Presidente Humberto de Alencar Garcia que por motivos de força maior terá que se retirar da reunião. O vereador Humberto agradece pelas lixeiras que foram colocadas no balneário e a iluminação que foi feita na passarela do vertedouro com ligação do bairro São Vicente ao bairro Boa Esperança, que foram atendidos graças a muitos pedidos feito pelo vereador, e relembra que está faltando a passarela para o pessoal que atravessa do Boa Esperança para o São Vicente, pois não tem local adequado para transitar naquele local, pondo em risco a segurança dos que ali transitam. O vereador Humberto da continuidade mostrando-se indignado pelas destituições de Supervisoras Pedagógicas, que são pessoas importantes para o desenvolvimento para nossas crianças, e parece que foram cortadas cinco ou seis Supervisoras Pedagógicas, também a demissão de vários funcionários que ganham apenas um salário mínimo por mês, enquanto continua a manutenção de dois caminhões; um aqui em São Gotardo e outro no distrito de Guarda dos Ferreiros, ganhando R\$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) por dia, sabendo que a Prefeitura recebeu da Receita Federal caminhões que estão parados, e poderiam estar fazendo este serviço; o vereador conclui que quando se tem contenção de despesa é mais viável cortar 2 (dois) salários altos, para segura 20 (vinte) pequenos, pois os pequenos são os que mais precisam, e a população tem vindo reclamar muito por demissões; pessoas que trabalham a aproximadamente 20 (vinte) anos na Prefeitura, hoje estão sendo demitidas; e é notório a injustiça de manter salários altos e desnecessários para demitir pessoas com salários baixos, que necessitam do salário para sobreviver; o vereador pede licença e se retira do plenário. Em seguida o Presidente Mozar Borges da Silva faz a leitura de representação apresentada ao Promotor assinado pelos vereadores Humberto de Alencar Garcia, João Lucio da Silva Neto, José Luiz Messias Neto, Mozar Borges da Silva e Mauri Ignácio de Morais Silva, referente ao loteamento Saturnino e sua rede pluvial. É passada a palavra para o vereador José Luiz Messias Neto, que afirma que os vereadores como legítimos representantes do povo não poderiam em momento nenhum deixar externar a insatisfação de todos com o não cumprimento da lei, pois o Projeto do loteamento quando foi aprovado nesta casa, todos vereadores ficaram extremamente preocupados e colocaram como condição



para aprovação do projeto a construção de uma rede pluvial, para que não escorresse terra, lama e outros detritos para o bairro Alto Bela Vista (já existente), e por este motivo foi feita a emenda ao Projeto de Lei com 1 (um) ano e 6 (seis) meses te antecedência, e foi cobrado do Executivo Municipal várias vezes a construção da rede pluvial, porém o Prefeito Municipal não tomou as providências devidas para a construção da mesma. O Prefeito esperou que acontecesse uma catástrofe para tomar as providências, e é por este motivo que os vereadores resolveram entrar com representação no Ministério Público, pois o papel do vereador é estar ao lado da comunidade, é colocar em Lei e pedir o cumprimento, e isto os vereadores fizeram, agiram de boa fé e cautela. O vereador José Luiz da continuidade, e afirma que por descuido do Prefeito e descaso à construção da rede pluvial, os gastos agora serão maiores para fazer a recuperação das ruas danificadas no bairro Alto Belo Vista, dinheiro que será aplicado pela falta de responsabilidade nas obras do bairro e que poderia ser utilizado para outras coisas, principalmente na área de saúde. O Prefeito esperou acontecer uma tragédia para poder agir, e é por isto que a decisão dos 5 (cinco) vereadores (Humberto de Alencar Garcia, João Lucio da Silva Neto, José Luiz Messias Neto, Mozar Borges da Silva e Mauri Ignácio de Morais Silva) desta casa, inconformados pelo que aconteceu, está buscando na justiça a resposta para aqueles que não cumprem a Lei. O vereador José Luiz Messias Neto agradece ao Sr. Presidente Mozar a oportunidade para estar falando mais uma vez sobre este assunto, e que já tem duas reuniões que o vereador já estava alegando preocupação, e ainda sim, o chefe do Executivo não se moveu. O Presidente Mozar afirma aos funcionários presentes da Saúde que foi encaminhado 2 (dois) requerimentos ao Executivo Municipal solicitando insalubridade e adicional noturno, e que dê uma maior atenção a estes funcionários que trabalham com grandes riscos a própria saúde, e se mostra indignado pela falta de respostas do Prefeito. É passada a palavra para o vereador Divair César Rodrigues, que afirma quanto a questão do Bairro Alto Bela Vista, que está em calamidade pública, e a preocupação da casa quanto a isto está estampada em documentos, e o vereador faz a leitura do requerimento lido no inicio da reunião que pede a presença do Secretário de Obras para que seja feito esclarecimentos a cerca das obras que já deveriam ter iniciado no Bairro Alto Bela Vista solucionando o gravíssimo problema que aflige toda aquela população, pois o vereador tem visitado o bairro todos os dias e tem visto grandes sofrimentos. O vereador afirma que várias vezes foi a Prefeitura cobrar o inicio das obras verbalmente, e sempre era afirmado que já estavam dando início, porém nada foi feito, e então usando as atribuições que lhe são conferidas, para convocar o Secretário de Obras para que ele prestasse esclarecimentos oficialmente. Segundo o vereador as obras já começaram, e questiona referente à Rua São José, que já foram colocados bloquetes aproximadamente 2 (duas) vezes e não deu certo, ou seja, se errar 1 (uma) ou 2 (duas) vezes é considerável, porém estão insistindo no mesmo erro, onde deveriam primeiramente construir a rede pluvial para em seguida arrumar a Rua, e é por este motivo que gostaria que fosse agilizado a presença do Secretário de Obras nesta Casa de Leis. O Presidente Mozar Borges reafirma que conforme a representação e atas anteriores estes acontecimentos já vinham sido previstos a muito tempo, onde todos os vereadores já solicitavam



a construção da rede pluvial. É passada a palavra para o vereador Domingos Sávio Rodrigues, que solicita um xérox sobre o Projeto Solar e quanto ao Projeto Saturnino, o vereador afirma que cobrou muito e que afirmaram que as manilhas já estavam no local das obras, e este foi no local e não encontrou nenhuma manilha. Afirma também que na cidade há vários problemas com água, como por exemplo na Rua São Pio X que já arrastou até carro. Quanto aos funcionários, o vereador diz que sempre batalhou e que é contra os funcionários contratados não ter décimo terceiro e nem férias, inclusive já deixou de votar contratação nesta Casa de Leis uma vez, por causa destes motivos, pois o único Prefeito que pagou foi o Sekita, e funcionários trabalham 17 (dezessete) anos é mandado embora e sai com uma mão na frente e outra atrás. O Presidente Mozar Borges informa que a próxima reunião acontecerá no dia 06 (seis) de dezembro de 2010 (dois mil e dez). É passada a palavra para o vereador Marcilon Laci Rodrigues, que cumprimenta os vereadores, todos os presentes e o Dr. Hely que é presidente do Sindicato do Servidor Público Municipal das Prefeituras da Micro Região do Planalto de Araxá. O vereador afirma que mais uma vez os Servidores Públicos vêem a necessidade de um sindicato para proteger os direitos que lhe são conferidos, pois já foi mandado vários requerimentos ao Executivo Municipal, solicitando ajuda aos funcionários públicos, mas já foi visto que requerimentos não estão sendo atendidos, e é por isto é necessário a união de todos em um sindicato. E já foi feita 02 (duas) reuniões e alguns foram ameaçados serem demitidos, e quando viram que havia ameaca de demissão, foram chamados os efetivos, que o Prefeito não pode mandar embora, e foi feita as reuniões mais escondidas, e atualmente o sindicato dos Servidores Públicos em São Gotardo é uma realidade. Dr. Hely, faz uso da tribuna, e afirma representar a classe de Servidores Públicos com muito orgulho, cumprimenta a todos presentes e afirma que foi de fundamental importância a ajuda do vereador Marcilon na criação do sindicato, e destaca que as portas da casa foram abertas graças ao Presidente desça Casa de Leis, e diz que foi bom começar na Câmara Municipal e viu os debates de hoje, e sabemos a importância da Câmara, e daquele que sabe legislar em beneficio da comunidade, e como foi votado o Orçamento 2011, o Sr. Hely questiona que não foi mencionado os Servidores Públicos. Continuando com o uso na tribuna, o Sr. Hely diz ser lamentável que em São Gotardo não pagam férias e nem décimo terceiro, pois é lei e de direito de todos. Entre outras palavras o Sr. Hely explica aos servidores públicos os benefícios que o sindicato trará a todos funcionários. É passada a palavra para o vereador Divair César Rodrigues, que diz ter sido funcionário público por 4 (anos) e nunca teve direito a nada, e o contrato que é assinado e que possui a clausula que diz que o contrato pode ser rescindido unilateralmente, e que certa vez ele foi ate a Prefeita e mostrou que suas despesas não dava para ser pagas com apenas um salário recebido por ele, e pediu um aumento, e assim ele foi mudado de cargo, e o salário melhorou. E que no ano em que ele trabalhou com a Prefeita, conseguiu convencê-la ao invés de dar décimo terceiro, que segundo eles era proibido na época, dar gratificação, que era equivalente ao valor do décimo terceiro, e foi mandado o Projeto para a Câmara e aprovado, porém ninguém chegou a receber. Certa vez chegaram a mandar um Projeto na Câmara que eles no mejo revogando a Lei que haviam



aprovado o "décimo terceiro". E o vereador afirma que conhecendo o Prefeito se houver mesmo um jeito ele vai querer dar o décimo terceiro as que tem direito, e informa que levará o recado ao Prefeito, e diz ao Sr. Hely que no município já teve abono salarial, salvo engano R\$ 90,00 (noventa reais) para todos os funcionários, e legalmente voltar a pagar esse abono seria lucro, e que se for mandando algum projeto deste assunto para aprovar, ele aprovará na hora, pois R\$ 90,00 reais por mês, no final do ano a soma será maior que um salário. O vereador Divair parabeniza o vereador Marcilon pela iniciativa. É passada a palavra novamente para o Sr. Hely que se mostra preocupado com as palavras do vereador Divair, e pede que ele pensasse muito bem para falar da Constituição da República, e que pensasse no bem dos funcionários, e procurasse o Prefeito para em 2011 e 2012 cumprisse a Lei, e que a Câmara não pode legislar em Lei Pública. O Presidente Mozar Borges afirma que seus funcionários tem décimo terceiro, férias salário justo, pois um bom funcionário bem cuidado que faz crescer a empresa, e que o melhor amigo da empresa é o funcionário. O vereador Marcilon agradece a presença do Sr. Hely e convida a todos os vereadores a estarem presentes nas próximas reuniões dos servidores públicos. É passada a palavra para o vereador Claudionor Anicesio, que cumprimenta a todos presentes e parabeniza o vereador Marcilon pela ótima iniciativa, pois sabemos o valor de um funcionário público, e que podem contar com ele para esta empreitada. O Dr. Hely agradece a oportunidade, e diz ter a certeza de que a maioria irá assinar o requerimento solicitando a presenca do Secretário de Administração e Fazenda e até mesmo o Prefeito para comparecer a esta Casa. O Presidente Mozar Borges agradece o Sr. Hely e a presença de todos os presentes. Com a graça de Deus declara encerrada a reunião. Do que para constar lavrou-se a presente ata.